

Sistemas alimentares: o futuro da justiça climática passa pelo campo



» VIVIANA SANTIAGO
Diretora-executiva
da Oxfam Brasil

Brasil é celebrado como potência agroalimentar: exportamos grãos, carnes e frutas em volumes recordes. Mas essa abundância contrasta com a realidade de insegurança alimentar, que ainda atinge milhões. A boa notícia é que, em 2025, o país — mais uma vez — saiu do Mapa da Fome da ONU, após retirar mais de 40 milhões de pessoas da insegurança alimentar entre 2022 e 2024. Um grande avanço, mas longe do fim do problema.

Cerca de 27% dos domicílios enfrentam algum grau de insegurança alimentar, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Isso significa que o acesso a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente e de forma regular, sem comprometer outras necessidades essenciais, respeitando a diversidade cultural e ambiental, é limitado ou incerto, variando desde a preocupação com a falta de alimentos até a fome em si. Desse total, 5,3% estão em insegurança moderada, isto é, quando o acesso aos alimentos é comprometido de forma intermitente ou reduzida; e 4,1% vivem em insegurança severa, em que a capacidade de se alimentar de forma adequada está drasticamente limitada e a fome se impõe como realidade cotidiana.

Esses dados demonstram como o Brasil segue desafiado pelo funcionamento de seus sistemas alimentares — o conjunto de processos que envolve produção, distribuição e consumo de alimentos. Atualmente, esse

sistema se apoia na concentração de terra e renda, na exploração da mão de obra rural e na degradação dos territórios. Ele responde por mais de um terço das emissões globais de gases de efeito estufa.

É importante, porém, diferenciar os papéis que coexistem nesse cenário. O agronegócio se apoia em monoculturas e na pecuária, avançando sobre biomas como a Amazônia e o Cerrado, voltado sobretudo à exportação de commodities e responsável por grande parte das emissões do país. Já a agricultura familiar tem um papel central no abastecimento interno: são responsáveis pela maior parte dos alimentos que chegam à mesa dos brasileiros e brasileiras e, em muitos casos, articulam práticas mais diversas, de menor impacto ambiental e com maior vínculo comunitário.

A Amazônia ocupa um lugar fundamental nesse cenário, pois, longe de ser apenas a “floresta em pé”, ela funciona como reguladora de chuvas que irrigam lavouras no Centro-Oeste, no Sudeste e na Bacia do Prata. Quando a floresta é derrubada — sobretudo para dar lugar à pecuária e à soja de exportação —, as consequências vão muito além da perda de biodiversidade: seca de rios, diminuição de chuvas, colapso de rotas de transporte fluvial e crescimento da vulnerabilidade de milhões de pessoas.

Proteger a Amazônia é também romper o ciclo vicioso que sustenta os atuais sistemas alimentares, e é justamente esse debate que estará no centro da 30ª Conferência Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP30), o principal espaço de negociação climática global, reunindo quase 200 países para avaliar os avanços do Acordo de Paris e definir novos compromissos de combate às mudanças climáticas.

Mais do que simbolismo geográfico, a conferência em Belém do Pará será um marco porque coloca frente a frente dois modelos. De um lado, o que se baseia em monoculturas, concentra riqueza e externaliza custos sociais e

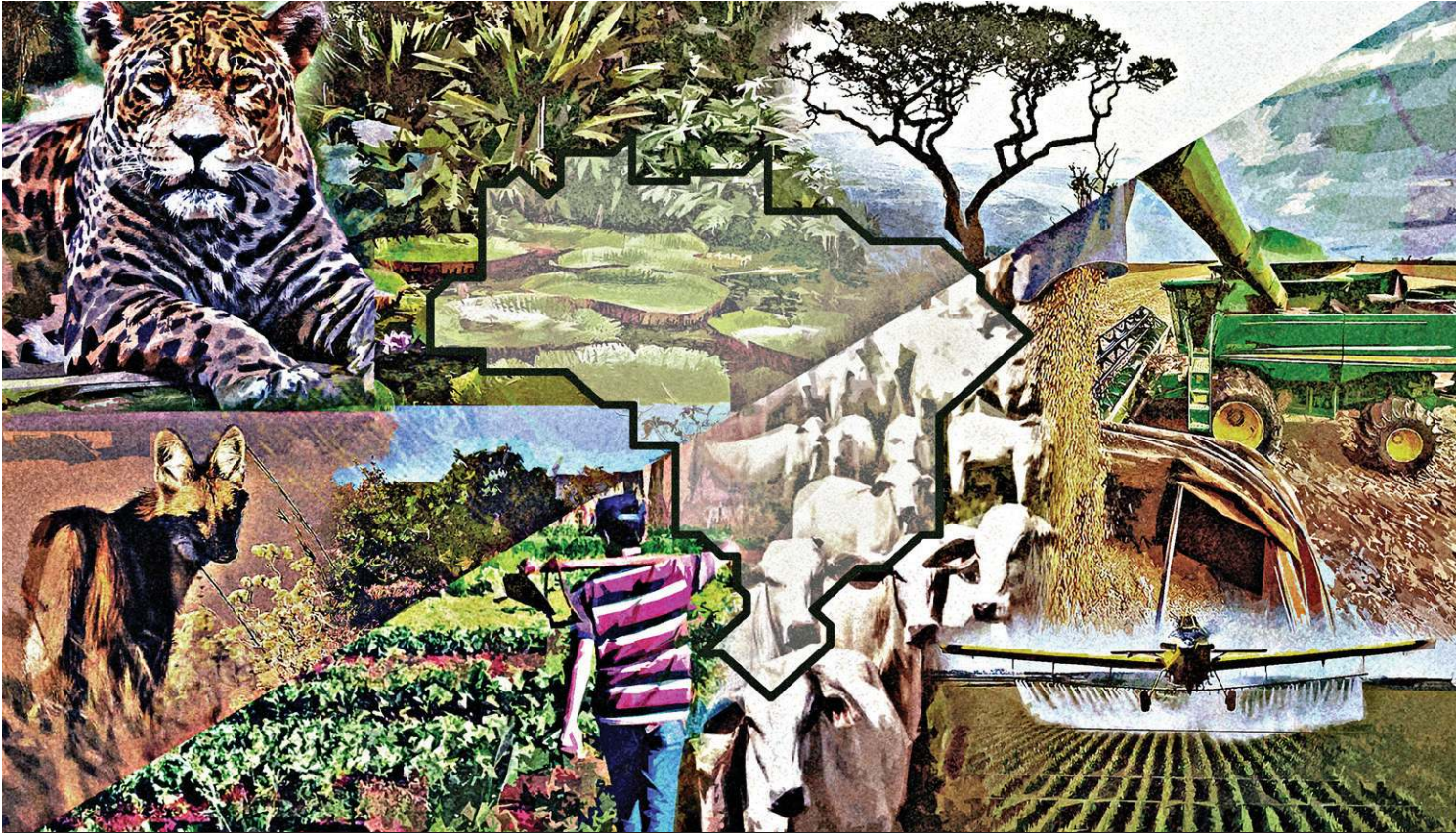
ambientais. De outro, alternativas presentes em diferentes territórios que mostram que é possível produzir de maneira justa, diversa e sustentável. Essa disputa não é abstrata: ela se materializa no cotidiano de trabalhadores rurais, de comunidades tradicionais e de milhões de famílias que convivem com a fome em um país abundante. E essas experiências mostram que a agroecologia é uma construção coletiva, que envolve agricultores, povos indígenas, quilombolas, organizações sociais e consumidores. Não se trata apenas de alternativas pontuais, mas de caminhos capazes de orientar políticas públicas e inspirar compromissos internacionais.

É nesse contexto que a COP30 assume relevância. O risco é que corporações e setores do agronegócio capturem o debate e empurrem falsas soluções, que prometem eficiência, mas reforçam a lógica de exclusão que concentra terra e renda e deixa milhões em insegurança alimentar.

Ao mesmo tempo, a COP30 abre uma oportunidade rara. O fato de acontecer no Brasil e na Amazônia dá visibilidade para a urgência de alinhar agricultura e clima. É o momento de reconhecer os sistemas alimentares como eixo estratégico do combate à crise climática e assumir compromissos que fortaleçam a agricultura familiar, reduzam o uso de agrotóxicos, incentivem dietas mais sustentáveis e assegurem uma transição justa.

A força para essa transformação não virá apenas das negociações oficiais. Ao longo de décadas, a sociedade civil brasileira acumulou capacidade de propor políticas e disputar modelos. Foi assim com o programa de cisternas, com a inclusão de alimentos agroecológicos na merenda escolar e com os sistemas de certificação participativa. Essas conquistas são prova de que, quando organizada, a sociedade civil é capaz de produzir alternativas reais e disputar o rumo do desenvolvimento.

Maurenilson Freire



Desafios da transformação digital para o DF e a Periferia Metropolitana de Brasília



» ANDREA CABELLO
» GUILHERME VIANA
Pesquisadores do Observa
DF e professores
da Universidade de
Brasília (UnB)

A transformação digital da sociedade é um processo que está em curso desde a segunda metade do século 20, mas cuja velocidade se acentuou muito recentemente, inclusive impulsionada pela pandemia da covid-19. Ela envolve a integração de tecnologias digitais nos mais diversos aspectos da vida cotidiana, seja de governos, empresas ou do cidadão em sua casa.

Para que ocorra, é importante que as pessoas estejam incluídas digitalmente. O primeiro passo para a transformação e inclusão digital é a conectividade das cidades. Entretanto, não basta estar conectado, é importante que essa conectividade garanta uma experiência digital significativa — ou seja, permita não só o acesso, mas também o uso adequado das ferramentas digitais.

Idealmente, cidadãos com acesso à internet rápida, de qualidade, segura e com preços acessíveis devem ter acesso a uma ampla gama de serviços públicos e informações sobre seus governos de forma fácil e disponível, e de maneira que estejam capacitados a utilizar e compreender. Mas essa não é a realidade das

cidades que compõem o Distrito Federal (DF) e a Periferia Metropolitana de Brasília (PMB).

Não há uma relação direta entre o avanço da transformação e da inclusão digital e o nível de renda e desenvolvimento local ou o tamanho populacional dos municípios. Para alguns indicadores importantes, cidades como Brasília e Cristalina estão bem atrás de municípios pequenos e com menor nível de renda e desenvolvimento. É preciso avançar bastante para alcançar a conectividade universal e significativa em todas as suas dimensões. Hoje, boa parte da população acessa a internet por meio de dispositivos móveis, que tende a ser mais cara e com velocidade inferior. Além disso, a implantação de uma indústria digital de ponta requer uma infraestrutura de banda larga e fibra ótica de alta velocidade em grande escala, algo que ainda não se alcançou de forma efetiva no DF e na PMB.

É preciso também equipar escolas, treinar professores, trabalhadores e cidadãos em geral. O fomento de habilidades digitais é imprescindível para que a população consiga fazer o uso adequado dessas tecnologias e se beneficiar de todas as oportunidades.

Deve-se ter em conta que alguns grupos têm dificuldades maiores que outros. A inclusão digital não pode significar a exclusão social. A implantação de bilhetes eletrônicos no DF, deixando de aceitar dinheiro, dificultou o acesso da população não bancarizada, mais socialmente vulnerável. Por isso, nem sempre a digitalização significa a abolição do físico

ou do presencial. É importante que se mantenham mecanismos de acesso para aqueles que têm dificuldades digitais. Ou seja, é importante promover a inclusão digital, mas também que o digital seja inclusivo.

O processo de transformação digital e inclusão digital exige políticas que direcionam esse processo. Em termos internacionais, o Brasil é relativamente avançado para seu nível de renda e desenvolvimento em questões digitais, mas há gargalos importantes em alguns municípios, regiões e setores que precisam ser sanados para que haja inclusão e transformação verdadeiras.

Não há, no DF e na PMB, uma relação direta entre participar da Rede Nacional de Governo Digital, a Rede GOV.BR, e o avanço da transformação e da inclusão. Ou ainda entre ter políticas específicas para a transformação digital e ser um município mais inclusivo digitalmente. Isso possivelmente ocorre porque algumas iniciativas podem estar sendo realizadas sem planejamento, à medida que as necessidades locais surgem. Não significa que as políticas sejam desnecessárias, mas que os avanços poderiam ser ainda maiores e melhores caso elas existissem, fossem planejadas e executadas de forma eficiente e poderiam ter avançado mais com o apoio de outros entes federativos.

Está na hora, portanto, da transformação digital ocorrer de forma planejada e coordenada entre os todos os atores, garantindo, assim, conectividade e inclusão a todos.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br



Com sangue nos olhos

Para todos aqueles que acompanham o noticiário internacional, não restam dúvidas de que o mundo assiste a um aumento sem precedentes do antissemitismo. Mais uma vez, o povo judeu é colocado no centro da história, além de remeter grupos, governos e pessoas de volta aos vexaminosos bancos dos réus, numa espécie de reedição do Tribunal de Nuremberg. O futuro mostrará quem são os novos algozes de Israel e por que agem de forma tão desumana.

Mesmo depois do Holocausto, ainda é possível observar que o antissemitismo e o fanatismo persistem num mundo que se acreditava moderno e que teria, em tese, aprendido com as experiências macabras dos nazistas. O 7 de outubro de 2023, ocasião em que o Hamas perpetrou o maior assassinato de judeus desde o Holocausto, parece não ter servido de lição a uma parte do mundo, principalmente aquela formada por globalistas da esquerda, que nutre pelos judeus um ódio do tipo patológico, semelhante ao exalado pelos adeptos das teorias eugenistas do século passado. Os mesmos atos vergonhosos se repetem até por quem deveria, por função de ofício, manter a postura da diplomacia. É o caso do comportamento dos representantes do Brasil com assento na Organização das Nações Unidas (ONU).

Tão logo o primeiro-ministro de Israel, Benjamin Netanyahu, assumiu a tribuna, a delegação brasileira saiu do plenário em fila indiana, numa clara manifestação que revela a pequenez dos nossos representantes. Com essa atitude, ficou claro que as autoridades brasileiras seguem os mesmos passos dos anões diplomáticos.

Embora a ONU tenha perdido, por completo, a capacidade de regular as relações entre as nações, o fato é que o antissemitismo não se avexa em se apresentar publicamente, envergonhando a todos que ainda acreditam na superioridade sem par do humanismo. Israel, ao contrário do que prega nosso governo e outros pelo mundo, não foi criado como uma espécie de demonstração ou de compensação pelos horrores do Holocausto e não terá seu fim decretado por terroristas ou por governos equivocados. A consolidação do povo judeu em Israel é fruto de tratados honestos, feitos à luz do dia e com base na compra legal de terras, no que era antes um deserto árido e infértil. A ida das populações de judeus para Israel deu vida e alma a uma região que, antes, ninguém reivindicava para si, pois era um imenso vazio povoado por pedras e areia. A ONU, sim, foi criada após o Holocausto e, mesmo assim, parece ter perdido a memória ou o juízo.

Hoje, não passa um dia sequer sem que tenhamos que testemunhar pela imprensa atentados contra judeus e sinagogas. Vergonha das vergonhas, temos hoje um governo considerado persona non grata em Israel, por suas declarações e posições claramente antissemitas e favoráveis a grupos terroristas. Não é exagero afirmar que o mundo vai repetindo, conscientemente, o roteiro de um antissemitismo doentio e amoral. Episódios recentes de nada serviram, e não há justificativa possível para a violência dirigida contra o povo judeu.

O Brasil, que teve tradição de equilíbrio e protagonismo na diplomacia internacional, expõe-se, agora, ao vexame de não ser considerado por Israel, um país cuja legitimidade deveria ser defendida como conquista civilizatória, e não relativizada em função de alianças circunstanciais. O que dizer às centenas de milhares de judeus que hoje vivem em nosso país?

Israel converteu uma região inóspita em campos férteis, cidades modernas e polos de inovação que, hoje, exportam ciência, tecnologia e cultura ao mundo. A consolidação do Estado judeu é um feito histórico, que representa não apenas a vitória da resiliência de um povo perseguido, mas também a contribuição concreta para o progresso global da humanidade.

Basta olhar os números: Israel investe mais de 5% do seu PIB em pesquisa e desenvolvimento, liderando o ranking mundial em inovação tecnológica. O “Vale do Silício do Oriente Médio” produziu inovações que vão do microchip ao aplicativo de navegação usado em carros no mundo inteiro. Avanços médicos desenvolvidos por cientistas israelenses salvaram milhões de vidas: da descoberta de tratamentos contra o câncer à criação do primeiro marcapasso eletrônico.

A agricultura de irrigação por gotejamento, desenvolvida em kibutzim israelenses, revolucionou a produção de alimentos em regiões áridas do planeta. A cibersegurança, que protege governos e empresas em escala global, também tem raízes no know-how israelense. A contribuição judaica para a humanidade, no entanto, não se restringe a Israel.

Ao longo dos séculos, personalidades de origem judaica mudaram a história do pensamento, da ciência e da cultura. Albert Einstein redefiniu a física moderna. Sigmund Freud abriu novos horizontes para a compreensão da mente humana. Jonas Salk erradicou a pólio. Franz Kafka, Leonard Cohen, Steven Spielberg... A lista é infindável e atravessa áreas que vão da literatura às artes, da música à filosofia.

O que seria da civilização contemporânea sem essas contribuições? Ignorar esse legado é mais do que injustiça histórica. É ceder ao obscurantismo. O antissemitismo, seja travestido de política diplomática seja de pseudo-progressismo, não é apenas uma afronta ao povo judeu, é um ataque frontal ao humanismo.

Quando governos, como o do Brasil atual, se permitem acenos complacentes a grupos terroristas e fecham os olhos à violência que atinge sinagogas, escolas judaicas e cidadãos comuns, eles não apenas se colocam contra Israel, mas contra a memória civilizatória. Estamos diante de um dilema ético. Permanecer em silêncio diante do ressurgimento do ódio contra os judeus é permitir que as trevas do século 20 se repitam. O mundo já viu até onde isso pode chegar. A questão é se teremos coragem de impedir a repetição da história. Governos que hoje preferem posar de “equilibrados” em fóruns internacionais serão lembrados amanhã não pela prudência, mas pela covardia e por se colocarem ao lado de delinquentes que agem com sangue nos olhos.

A frase que foi pronunciada:

“O antissemitismo sofre mutações e, com isso, derrota o sistema imunológico criado pelas culturas para se protegerem do ódio. Houve três dessas mutações nos últimos dois mil anos (nas quais os judeus foram odiados por serem uma nação, odiados pelos cristãos como parte da doutrina da Igreja e odiados por serem supostamente racialmente inferiores), e estamos vivendo a quarta (o antissionismo).

Rabino Lord Jonathan Sacks, em 2009

História de Brasília

Rebatemos as insinuações, porque custa-nos crer que homens de gabarito como o cel. Barlem e o dr. Valdir Santos participem de uma comissão para não apurar a verdade. (Publicada em 10/5/1962)